

## O perfil do inspetor e o efeito da inspeção da educação no desempenho docente. Um estudo em escolas do II ciclo do ensino secundário no município da Chibia (Angola)

Isabel José Fialho

ifialho@uevora.pt

Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora

Paulo Jorge Nóbrega

Paulopaulojorgenobrega15@gmail.com

**Resumo:** O estudo que apresentamos é parte de um trabalho de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Educação, especialização em Teoria e Desenvolvimento Curricular, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. Desenvolvemos um estudo de natureza qualitativa, enquadrado no paradigma interpretativo, com o objetivo de caracterizar as práticas inspetivas, traçar o perfil dos inspetores e conhecer as perceções dos professores sobre o efeito da inspeção no seu desempenho docente. Os dados foram recolhidos na escola do II ciclo do ensino secundário da Chibia através das perceções de 30 professores, registadas num inquérito por questionário com questões fechadas e abertas. No tratamento e análise dos dados foram usadas metodologias quantitativa (estatística descritiva) e qualitativa (análise de conteúdo). Os resultados revelaram que as práticas inspetivas se situam entre o “controlo” e o “apoio”, que o perfil dos inspetores se aproxima do perfil desejável, mais formativo do que fiscalizador, e que a função do inspetor começa a ser entendida como a de agente facilitador da melhoria e do desenvolvimento profissional.

**Palavras-chave:** Inspeção da educação; perfil do inspetor, acção inspetiva, desenvolvimento profissional

### **Inspector's profile and the effect of education's inspection on teaching performance. A study in schools of the second cycle of secondary education in the Chibia's county (Angola)**

**Abstract:** The study we present is part of a research conducted within the framework of the master's degree in education Theory and Curriculum Development of the Higher Institute of Educational Sciences of Huila. We developed a qualitative study, following the interpretative paradigm, in order to characterize the inspective practices, outline the profile of inspectors and find out the teachers' perceptions of the effect of inspection on their teaching performance. Data were collected at the 2<sup>nd</sup> cycle of secondary education school of Chibia through the perceptions of 30 teachers, that replied to a questionnaire with closed and opened questions. In the processing and analysis of data were used quantitative (descriptive statistics) and qualitative (content analysis) methods. The results revealed that inspecting practices are between "control" and "support", that the profile of

inspectors is near the desired profile, more formative than supervisory, and that the role of the inspector begins to be understood as a facilitator of improvement and professional development.

**Keywords:** Education's Inspection; inspector profile; inspection activities; professional development

## **Introdução**

A educação é uma tarefa séria e bastante importante para qualquer sociedade, por isso deve ser objeto de estudo e reflexões constantes. A inspeção educacional em Angola data do período colonial em que a educação era exercida e gerida por três entidades distintas, os missionários (católicos e protestantes), o Estado e os particulares ou privados. No período pós-independência, no ano lectivo de 1982/1983, realizou-se o 1.º curso de formação de inspetores da educação que contou com a participação de 122 formandos oriundos de todas as províncias do país com excepção da Lunda-Norte.

De acordo com a Lei n.º 13/2001, de 31 de Dezembro, artigo 65 (Lei de Bases do Sistema de Educação), cabe à Inspeção as funções de controlo, fiscalização e de avaliação da educação. Tendo em conta que a figura do inspetor é indissociável da eficácia do ensino, procurámos fazer uma abordagem às perceções dos professores sobre a inspeção, pois pretendia-se recolher informações e produzir conhecimento sobre a inspeção e a acção dos inspetores no sentido de poder dar um contributo para a melhoria deste serviço educativo, essencial para garantir o bom funcionamento das escolas e da qualidade da educação.

## **Missão e atribuições da Inspeção da educação e a reforma educativa/2004 em Angola**

De acordo com Ferreira (1975), o termo “inspeção”, de origem latina *inspectio*, *onisé* incluído no dicionário da Língua Portuguesa a partir de 1749, tem os seguintes sinónimos: vistoria, exame, fiscalização, acto ou efeito de inspeccionar, inspeccionamento, supervisão, observação (Academia Brasileira de Letras, 2008).

Estes significados têm marcado negativamente a imagem pública da Inspeção educacional, pois na realidade “ninguém” gosta de ser fiscalizado, inspeccionado e examinado, gerando muita ansiedade e contribuindo para uma atitude pouco “amigável” relativamente aos inspetores.

Esta imagem também se encontra reforçada no guião do inspetor da educação de Angola, o qual estabelece que a função do inspetor está diretamente centrada no controlo do funcionamento do sistema educativo, através de auditorias, inspeções e inquéritos, com vista a avaliar e fiscalizar a qualidade e a conformidade da realização da educação escolar em matéria técnico-pedagógica e da gestão patrimonial e financeira dos estabelecimentos de ensino.

A actividade inspetiva em Angola está consagrada no artigo n.º 10 do Decreto Presidencial n.º 221/14, de 28 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação e no Decreto-lei n.º 13/2001, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema Educativo) que estabelece as bases do sistema de educação, cujo artigo 65.º (Inspeção da Educação) refere que à Inspeção de educação cabe o controlo, a fiscalização e a avaliação da educação, tendo em vista os objetivos estabelecidos na presente lei.

A Inspeção da educação é o serviço central do Ministério da Educação criado para assegurar o funcionamento do sistema educativo no sentido de garantir a qualidade da educação prestada pelas diversas instâncias que constituem aquele sistema, nomeadamente, outros serviços do ministério e estabelecimentos de ensino, assim como de outras estruturas com intervenção na área da educação, sob a tutela do Ministério da Educação.

Assim, a Inspeção deve constituir a “ponte” entre os órgãos centrais (tomadores de decisão) e a rede escolar, com vista à articulação e implementação de políticas educativas e, neste caso concreto, a Reforma Educativa iniciada em Angola, em 2014.

Na ótica de Lucas e Azevedo (2010), a Inspeção possui uma função mediadora entre os órgãos centrais e as comunidades escolares, surgindo como uma estrutura de verificação da legalidade dos procedimentos dos diversos agentes educativos e como uma entidade que assegura a fiscalização do cumprimento dos regulamentos normativos emitidos pelo poder central, privilegia as tarefas de verificação da conformidade técnica legal e da execução das políticas educativas decididas a nível central. Por conseguinte, a Inspeção deve ser “uma instância que assinala desempenhos, congrega esforços, estimula, disponibilizando referentes para a comparação e autoavaliação, e pressiona para fazer mais e melhor” (Clímaco, citada em Lucas, 2008, p.14).

Em contexto escolar, falar da Inspeção não é fácil devido à pressão do controlo político e administrativo deste serviço, por conseguinte, para garantir uma saudável empatia entre inspetor e professor, seria necessária uma reconceptualização, na linha do pensamento de

Tomás (1929): “a Inspeção escolar visa tão-somente o maior e melhor rendimento do ensino e o lado administrativo intervém apenas para assegurar ao pedagógico os meios de realizar livremente a sua acção” (p.43).

Na opinião de inspetores locais, a função de Inspeção apesar de nas suas vertentes de prevenção, controlo e acompanhamento contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade das instituições escolares e particularmente do desempenho dos professores, tem sido alvo de objeções criadas pelos professores, porque na ótica destes, a Inspeção só intervém no seu trabalho quando haja situação problemática.

Tais circunstâncias exigem à Inspeção uma reformulação conceptual abrangente das várias tendências da mudança, indispensável para funcionar como “mais apoio da reinvenção da tutela, exigida pela rápida alteração dos termos de referência, do que como veículo da imposição que deve ser excecional numa sociedade de mudança” (Moreira, 2006, p. 151).

No quadro do sistema educativo angolano, a Inspeção tem como missão investigar o estado do trabalho nos organismos docente-educativos em todos os seus domínios, com vista à valorização do trabalho do coletivo pedagógico e da eficiência das actividades pedagógicas nas escolas públicas e privadas, incluindo também a elaboração de recomendações dirigidas a melhorar o processo de ensino-aprendizagem e elevar os índices quantitativos e qualitativos dos resultados da actividade pedagógica (Gabinete de Inspeção Nacional da Educação, 2006).

O elemento fundamental para assegurar os objetivos acima descritos é o inspetor da educação, e para o alcance de tal desiderato houve a necessidade de se adequar o funcionamento da Inspeção da educação angolana à nova realidade imposta pela Reforma Educativa. Foi assim que em 2009 decorreu um diagnóstico nas províncias de Benguela, Huambo e Bié, promovido pelo Ministério da Educação (MED) em parceria com o Instituto Internacional de Planificação da Educação. Este revelou a existência de alguns constrangimentos no sistema inspetivo, tais como os seguintes: a exiguidade de recursos humanos e materiais em qualidade; o quadro orgânico desestruturado face à política de desconcentração do poder de estado; a estrutura central e equipa provinciais de Inspeção com fracas capacidades (técnicas e materiais) para o acompanhamento dos estabelecimentos de ensino e estruturas afins; os estabelecimentos de ensino sem ferramentas para garantir uma gestão eficaz (GINED, 2014).

Estes constrangimentos levaram o Ministério da Educação a auscultar directores nacionais e técnicos de diferentes serviços, a fim de complementar os aspetos

evidenciados no diagnóstico e conseqüentemente apoiar a tomada de decisão em relação à política a adotar sobre a Inspeção da educação (GINED, 2014).

Com base nestas acções, o MED promoveu em 2009 três jornadas de trabalho técnico nas províncias de Malange, Kuanza Sul e Benguela, asseguradas por consultores do Instituto Internacional de Planeamento da Educação (IIPEE) - Escritório Regional de Buenos Aires. Destas resultou um documento de trabalho, cujo enfoque estabelece procedimentos, estratégias e acções que visam a reestruturação e revitalização do sistema de inspeção, tendo como foco principal a avaliação institucional participativa. Este enfoque reorienta a atuação dos inspetores por forma a: i) conduzir um sistema capaz de realizar o controlo e a avaliação dos estabelecimentos de ensino, com base nos resultados que produzem; ii) promover o fortalecimento institucional escolar; iii) garantir a produção de informações relevantes para a tomada de decisões (GINED, 2014).

Por conseguinte, a atuação da Inspeção permite diagnosticar situações que o processo docente-educativo enfrenta e conseqüentemente a tomada de decisões, através de um processo de reflexão, estimulando a participação de todos e colaborando na construção de uma gestão democrática e participativa. Dessa forma, as acções do inspetor são ao mesmo tempo gestoras do sistema e formadoras da comunidade (GINED, 2014).

Conforme descreve Virgílio (citado por Cabral, 2010, p.30);

as metodologias de intervenção inspetiva exercem grande influência no modo como a sociedade, o sistema educativo e a tutela perspetivam a inspeção. Quando melhor o inspetor conhecer as realidades educativas e os atores sociais, quanto mais a sua intervenção for objetiva, especializada e profunda, maior confiança existirá em relação a inspeção, aos inspetores e aos seus serviços.

Esta afirmação é de grande relevância pois a percepção que muitos professores têm dos inspetores é causada pelo seu comportamento, particularmente o modo de atuação que nem sempre obedece às orientações plasmadas no Guião Metodológico da Actividade Inspetiva. Tem sido observável a tendência de carácter subjetivo, parcial e autocrático por parte de alguns inspetores que atuam diante dos gestores escolares, assim como dos professores, daí a imagem com pendor negativo da Inspeção em geral e dos inspetores em particular.

Nesta ordem de ideias a reforma a que nos referimos passa tanto por uma modificação nas atribuições ou funções que devem realizar os inspetores como pela postura do inspetor frente aos atores escolares e aos diversos órgãos do sistema educacional, mas também pela metodologia de trabalho, na senda de um inspetor comprometido com a realidade

escolar, em diálogo constante com os diversos elementos da comunidade educativa, trabalhando na construção de consensos e acompanhando a escola na implementação de melhorias.

Embora a finalidade seja a de acompanhar as escolas no processo de avaliação institucional participativa, não se exclui a possibilidade de observar aulas a fim de detetar algumas insuficiências na prática docente com o intuito de se promover acções de capacitação. Neste caso o inspetor cumpre um papel fundamental de articulador do sistema educacional, promovendo o vínculo entre a escola e os demais órgãos do sistema.

Portanto, em nosso entender, o distanciamento entre o inspetor e os professores, gestores escolares e outros agentes administrativos, permanece na medida em que nos eixos de intervenção/acções previstas no Guião Metodológico da Actividade Inspetiva, ainda está bem patente o controlo, a avaliação, a arbitragem, a acção disciplinar e a fiscalização. Esta situação pode ser salvaguardada se o inspetor fizer sobressair os eixos de intervenção/acções que podem aproximar as partes, tais como o apoio e ajuda; estudo/investigação; formação e informação, previstos no novo modelo de atuação inspetiva, designada por Ciclo de Inspeção.

### **Ciclo da inspeção**

No âmbito da reestruturação e revitalização da Inspeção em Angola, o Ciclo da Inspeção é apenas uma proposta nova enquadrada nesta reforma, em que a organização do trabalho do inspetor vai muito para além da intervenção na escola, inclui outras dimensões de atuação que concorrem para a prestação de um serviço mais sustentado e coerente. Assim, o Ciclo da Inspeção desenvolve-se a três níveis distintos, mas complementares: a escola, a Inspeção da educação e os órgãos centrais. Ainda que corresponda a uma leitura simplificada de um trabalho que percorre três etapas – diagnóstico, definição de prioridades e avaliação da capacidade institucional – na realidade, é bem menos linear e directo. O funcionamento do sistema educativo e a interação com os estabelecimentos escolares, na maioria das vezes, impõe ritmos próprios de trabalho e obriga a retroceder, em alguns momentos, ou a avançar mais rapidamente, em outros (Simão, Dalben, Arcas & Gonda, 2012). Esta metodologia de intervenção da Inspeção em Angola é relativamente nova, datando de 2010 com a realização de uma experiência piloto, e a sua implementação está a ser feita de forma paulatina.

Em 2009, dando continuidade aos esforços da Reforma Educativa em Angola que teve início em 2004, o Ministério da Educação avançou no processo de revitalização da Inspeção da educação. No âmbito do Programa de Apoio ao Ensino Primário (PAEP), financiado pela União Europeia, e com a assistência técnica do Instituto Internacional de Planeamento da Educação da UNESCO (IPE/UNESCO), realizou-se um amplo diálogo técnico-político para a definição das diretrizes orientadoras do serviço inspetivo, alinhadas com o Novo Sistema de Educação.

A partir destas diretrizes, desenvolveu-se, em 2010, uma experiência piloto de formação acção envolvendo equipas de inspetores em oito províncias – Benguela, Bié, Cunene, Huambo, Huíla, Kuanza Sul, Malanje, Namibe. Durante os nove meses que durou a formação – um total de 470 horas –, os intercâmbios entre inspetores-formandos e especialistas, retroalimentados pela prática junto às instituições escolares e órgãos centrais, permitiram construir uma metodologia de trabalho inovadora para a inspeção, baseada na promoção da avaliação institucional participativa dos estabelecimentos escolares (Simão, Dalben, Arcas & Gonda, 2012, p.25).

Os materiais resultantes da experiência piloto foram ajustados ao contexto de atuação da Inspeção da educação em Angola, tendo sido objeto de trabalho durante o desenvolvimento do Programa de Formação de Formadores da Inspeção, em 2011, de que resultaram algumas adequações.

Para fins didáticos, o ciclo da Inspeção “começa” com a construção de um **diagnóstico** sobre o estabelecimento educativo. Este é construído coletivamente com a comunidade escolar e tem como objetivo identificar os principais obstáculos que se colocam para a oferta de uma educação de qualidade. O carácter participativo deste diagnóstico é essencial, para se: i) chegar a uma leitura comum sobre os pontos fortes e principais problemas enfrentados; ii) conhecer os níveis de responsabilidade na resolução dos problemas identificados; iii) refletir sobre a própria Inspeção (em que situação se encontra? Como se organiza? Quais as suas forças e fragilidades? Que desafios devem superar para responder às demandas do sistema educacional?).

Considerando o seu papel de articulador, a Inspeção deve envolver nesta reflexão diagnóstica os demais departamentos dos órgãos centrais e a escola. Em cada um destes âmbitos, busca-se construir, com os respetivos atores – comunidade escolar, inspetores e equipas da Direção Provincial da Educação – um entendimento compartilhado sobre a situação presente, com seus aspetos positivos e negativos, a fim de identificar espaços para o aperfeiçoamento e determinar um ponto de partida.

A **definição de prioridades** dá início a um segundo momento do ciclo da inspeção: a planificação de acções no nível da escola, da Inspeção e dos órgãos centrais, pois é o

processo de gestão que possibilita estabelecer o rumo estratégico a ser seguido para o alcance dos objetivos preconizados (GINED, 2014).

A última etapa do ciclo, denominada **avaliação da capacidade institucional**, permite verificar se as acções foram ou não implementadas, mas, sobretudo, construir um juízo sobre os recursos disponíveis em cada nível do sistema e a capacidade da escola, Inspeção e órgãos centrais de mobilizá-los efetivamente para levar adiante os objetivos da política educativa. Busca-se, assim, sinalizar os pontos do sistema que precisam de reforço. A avaliação da capacidade institucional legitima as tomadas de decisão dos formuladores de política. Podemos perceber que esta etapa de avaliação apresenta vários pontos em comum com o exercício diagnóstico realizado na primeira etapa do ciclo. De facto, a avaliação da capacidade institucional abre as portas para um novo ciclo de inspeção.

### **Perfil do inspetor**

As actividades inspetivas, a nível das escolas, têm permitido trazer a descoberto inúmeros casos de professores que não cumprem rigorosamente os seus deveres, tais como a carga horária ou a ausência de planos de aulas, daí que estas irregularidades estejam muitas vezes associadas a visitas de inspetores e por isso o relacionamento entre professores e inspetores é marcado pela desconfiança e desconforto. A este propósito, Martins (1960) refere que “não pode haver lugar para desconfianças nem para deslealdades recíprocas. Não há razão para qualquer retraimento do professor e, muito menos, para certas atitudes de mal encoberta agressividade, denunciadoras de um conflito latente que, voluntária ou inconscientemente, se processa” (p.7).

Wilcox (citado por Cabral, 2010) identifica as causas da tensão criada pela presença do inspetor e alerta para a postura que este deve assumir, considerando que

a relutância e até o medo de ser observado podem advir das características pessoais e postura do inspetor, mas também das características pessoais do próprio professor no ato de ensinar, pois este implica privacidade e autonomia. Neste sentido, e tendo consciência destes factos, os inspetores deverão ser sempre muito corretos aquando da sua intervenção, nunca descurando a sua ética profissional. (p.47)

Não obstante a imagem negativa que ainda prevalece entre os professores relativamente aos inspetores, há indícios de mudança. Fazer acontecer a mudança, depende, em grande parte, da atitude dos inspetores. É nesta linha de pensamento que Santana et al. (s/d) afirma que “o inspetor escolar é um profissional especializado em manter a motivação do corpo docente, deve ser idealista, flexível e dinâmico, buscando constantemente ser



transformador, trabalhando em parceria, exercitando o trabalho de equipe, integrando a escola e a comunidade” (p.6).

Nesta ordem de ideias, no que diz respeito concretamente ao papel e funções do inspetor, Clímaco (citada por Menezes, 2010, p. 51) defende que

não deve preocupar-se tanto com os normativos e controlo como um fim em si mesmo, mas preocupar-se mais com a complexidade contextualizada..., recorrendo a novas metodologias inspetivas baseadas em conhecimentos e orientadas para a melhoria e aperfeiçoamento das escolas, consideradas como contextos privilegiadas para a aprendizagem e o desenvolvimento profissional.

Thurler e Perrenoud reforçam que para além da capacidade administrativa e das competências pedagógicas, os inspetores devem

colocar à disposição dos professores um espaço de liberdade, encorajando-os nas suas tentativas e atitudes experimentais. Manifestam abertamente a sua estima pelo trabalho dos professores, encorajam a discussão e consagram muito do seu tempo aos contactos pessoais – formais e informais – com cada professor e procuram criar um clima colegial impregnado de confiança. (1994, p.55)

Todas estas considerações apelam para um inspetor mais flexível, que se interesse mais pelos aspetos quotidianos que as escolas vivem, mormente as situações problemáticas, com vista à superação destas e à melhoria da qualidade educativa.

Com efeito, tem sido observável em Angola, e particularmente na região em estudo, um enorme esforço dos inspetores em criar um sentido de empatia e confiança com os professores, o que permite deduzir que as dificuldades que os protagonistas do processo educativo enfrentam vão sendo minimizadas de forma compartilhada.

Estas características e atitudes estão contempladas no perfil do inspetor, estabelecido pelo Gabinete de Inspeção Nacional da Educação (2006), que tem em conta três dimensões: o ser, o saber e o saber-fazer.

- A nível do ser (qualidades da personalidade), o inspetor da educação deve ter qualidades morais como a modéstia, flexibilidade, esperança, persistência, espírito de crítica e autocrítica, otimismo; deve encarar o trabalho dos seus subordinados com objetividade; deve ter amor à pátria, ao seu trabalho e carreira, ser consciente e delicado perante as tarefas que aceitou; deve servir de modelo para os directores, professores, coordenadores de turno e de disciplina.

- A nível do saber, o inspetor deve possuir uma cultura geral e pedagógica sólida; ter conhecimentos profundos da política educacional e da lei geral de escolaridade; possuir

sólidos conhecimentos da metodologia geral e metodologia de diversas actividades, áreas de estudo e disciplinas; deve possuir bons conhecimentos bibliográficos.

- A nível do saber fazer, deve ter capacidade para preparar as aulas e realizá-las; deve saber dirigir o coletivo de professores, de alunos e organizar o trabalho docente-educativo; deve saber observar, controlar e orientar as actividades; deve possuir experiência em gestão escolar e de formação de professores; deve fazer um esforço de autossuperação constante e permanente.

No que se refere especificamente à atitude dos inspetores nas visitas às escolas, defende-se que estes devem ter em atenção os seguintes aspetos: criar um clima de confiança e naturalidade, assumindo-se como mais um elemento na escola e não como um intruso; relacionar-se com todos os elementos da escola utilizando da melhor maneira possível este meio de comunicação pessoal e directa; fazer com que a visita não altere o funcionamento geral da escola; ser acessível, de modo que qualquer um se sinta à vontade para lhe expor os seus problemas; enfrentar as situações, procurando para as mesmas as soluções adequadas e possíveis; ponderar devidamente sobre as formas de trabalho, os métodos de ensino, o sistema de avaliação e os programas de recuperação; adoptar uma posição de compreensão e ajuda, com atitudes motivadoras; fomentar uma série de virtudes necessárias (GINED, 2006).

Em Angola, de modo geral, e particularmente na província da Huíla, tem sido frequente os inspetores direcionarem as suas acções para a mobilização de todos os agentes educativos, bem como de alguns parceiros, no sentido de se criar um compromisso de todos nesta nobre missão que é ensinar.

Tendo em conta que a qualidade da educação depende em grande medida da acção inspetiva,

a atuação do inspetor deve fundamentar-se, assim, num quadro de referências, onde assumem especial importância, entre outras, a seriedade, o bom senso, a lealdade, a tolerância, a flexibilidade, a habilidade para lidar com os outros, a justiça, a prudência e a boa-fé, no respeito por um código de conduta e por princípios deontológicos, tendo em conta a missão da escola, os projectos de educação local e as especificidades de cada contexto (Lucas, 2008, p. 17).

Em suma, a Inspeção tem levado a cabo uma série de actividades organizadas no Plano anual de actividades, com uma programação rigorosa em termos de execução, o que tem permitido estar mais próximo das situações reais que a comunidade escolar tem vivido e de forma oportuna tem intervindo na superação de algumas anomalias, contribuindo para o melhor funcionamento das escolas em particular e do sistema educativo, em geral.

### **Enquadramento metodológico**

A presente investigação insere-se num paradigma de investigação naturalista, seguindo uma abordagem predominantemente qualitativa e interpretativa da realidade em estudo. Tendo em conta o objeto e os objetivos do estudo recorreremos a uma metodologia qualitativa que, segundo Afonso (2005), se enquadra nos estudos naturalistas, visto termos dado “especial ênfase aos estudos descritivos (de teor qualitativo ou quantitativo), (...) centrada nas abordagens interpretativas” (p.10). Segundo Bogdan e Bicklen (1994), na investigação qualitativa “os dados recolhidos são (...) ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” e “privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (p. 16).

Associámos metodologias qualitativas e quantitativas reconhecendo que estas duas abordagens conjuntas não são consensuais, pois “estão no centro de controvérsias e clivagens profundas nas Ciências Sociais e, particularmente, no âmbito da investigação educacional” (Afonso, 2005, p. 13). Mas, apesar dos métodos qualitativos serem os mais indicados para as investigações de natureza qualitativa, o investigador pode recorrer a métodos quantitativos ou qualitativos ou até recorrer a ambos para a sua triangulação.

Trata-se de um estudo contextualizado e, portanto, não extensível ou generalizável, no qual analisamos informações provenientes de questionários aplicados a professores numa escola em concreto e na impossibilidade de desenvolver um estudo extensivo nas Escolas do II Ciclo do Ensino Secundário no Município da Chibia, optou-se por um estudo exploratório.

Participaram no estudo 30 docentes da escola do II ciclo do Ensino Secundário da Chibia (localizada na sede). A escolha foi de conveniência pois interessava-nos professores que já tivessem vivenciado experiências com a inspeção. Efetivamente trata-se de uma

*amostragem opiniática* - o investigador seleciona os sujeitos em função de um critério estratégico pessoal - os sujeitos que possuem um *conhecimento mais profundo* do problema a estudar, os que são mais facilmente abordáveis (para poupar recursos humanos e materiais) ou os que voluntariamente se mostram disponíveis para colaborar com o investigador. (Aires, 2011, p. 22)

### **Apresentação, análise e discussão dos resultados**

Os resultados do inquérito por questionário foram submetidos a dois tipos de tratamento e análise: quantitativa para as questões fechadas e qualitativa para as questões abertas. Nas questões fechadas usámos procedimentos de estatística descritiva (valores absolutos e relativos em percentagem), recorrendo ao programa Excel.

No tratamento e análise das questões abertas, sobretudo da 2.<sup>a</sup> parte do questionário, recorreremos à técnica de análise de conteúdo, com o fim de categorizar, organizar e sintetizar a informação obtida. Assim, procedeu-se à identificação de categorias baseadas no reconhecimento de elementos comuns nas unidades discursivas (princípio da exaustividade) enunciadas em cada questão (princípio da homogeneidade), de forma a condensar e sistematizar a informação (Ghiglione & Matalon, 1992).

Para a construção das categorias foram seguidos procedimentos “abertos” na medida em que estas emergiram do material discursivo, simultaneamente, ancoradas nos tópicos de questionamento estabelecidos no próprio questionário (princípio da pertinência). Na interpretação dos dados recorreremos ao quadro teórico no sentido de sustentar a sua leitura analítica.

Começamos por apresentar a caracterização biográfica e profissional dos professores para depois passarmos ao **perfil do inspetor** e ao **efeito da Inspeção no desempenho docente**.

As idades dos professores situavam-se no intervalo entre 27 e 53 anos, sendo a idade média de 32 anos. A grande maioria dos docentes inquiridos é do sexo masculino (93%). Quanto ao tempo de serviço, mais de metade (66%) conta com 5 a 9 anos de experiência docente e 23% encontram-se a exercer a sua função entre 10 e 14 anos.

Os professores lecionam mais do que uma classe (87% na 10.<sup>a</sup> classe, 70% na 12.<sup>a</sup> classe e 63% na 11.<sup>a</sup> classe). Apenas 40% dos professores têm o nível de habilitações literárias equivalentes a licenciatura, enquanto 53% são detentores do 4.º ano e 6% do 5.º ano. No que diz respeito à especialização, estas são muito diversificadas, sendo as mais frequentes História (27%, N=8), Filosofia (13%, N=4) e Biologia e Psicologia da Educação (10%, N=3).

Os dados para traçarmos o **perfil do inspetor** foram obtidos a partir de duas questões, uma relativa às características do inspetor (Tabela 1) e outra às competências dos inspetor (Tabela 2) que os professores reconhecem nos inspetores com quem já tiveram alguma experiência inspetiva.

Tabela 1. *Características dos inspetores.*

VARIÁVEIS	Concordo totalmente		Concordo		Discordo		Discordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Clareza de ideias	8	26	17	56	5	16	0	0
Reflexivo	6	20	14	46	10	33	0	0
Compreensivo	1	3	20	66	9	30	0	0
Capacidade de escuta	9	30	15	50	6	20	0	0
Disponibilidade	5	16	14	46	11	36	0	0
Exigência	11	36	10	33	9	30	0	0
Imparcialidade	6	20	11	36	13	43	0	0
Abertura	6	20	15	50	9	30	0	0

A maioria dos inquiridos manifesta concordância (concordo e concordo totalmente) com “clareza de ideias” (82%) e com a “capacidade de escuta” (80%), outras características reconhecidas nos inspetores são a “abertura” (70%) a “compreensão e a exigência” (69%), a “reflexividade” e a “disponibilidade” (62%) e, por fim a “imparcialidade” (56%), sendo esta a característica que reuniu menor consenso, cerca de 43% dos professores assinalaram discordância com esta característica.

Tabela 2. *Competências dos inspetores.*

VARIÁVEIS	Concordo totalmente		Concordo		Discordo		Discordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Metodologia inspetiva	8	27	13	43	4	13	5	17
Didática geral	5	17	18	60	1	3	6	20
Ética e deontologia profissional	5	17	15	50	9	30	1	3
Análise de planos de aulas	8	27	12	40	5	17	5	17
Supervisão pedagógica	8	27	15	50	2	7	5	17
Técnicas de observação	8	27	13	43	2	7	5	17
Análise de conteúdos disciplinares	6	20	14	47	5	17	5	17
Relações humanas	5	17	14	47	6	20	5	17

Cerca de 77% dos inquiridos consideram as competências em “didática geral” e em “supervisão pedagógica” como as que mais se revelam entre os inspetores, a “metodologia inspetiva” e as “técnicas de observação” vêm logo a seguir com 70%. De referir ainda a “ética e deontologia profissional”, a “análise de planos de aulas” e a “análise de conteúdos disciplinares” que são competências dos inspetores, igualmente reconhecidas por 67% dos professores. É claramente notável a elevada percentagem de discordância (discordo e discordo totalmente) relativamente às “relações humanas” (37%) e à “ética e deontologia profissional” (33%).

As discordâncias assinaladas ao nível das características e das competências parecem indicar a necessidade de maior rigor e isenção na atividade inspetiva.

As percepções dos professores sobre o **efeito da Inspeção no desempenho docente** foram analisadas a partir de 13 itens de resposta fechada (Tabela 3) e de uma questão aberta (Tabela 4) sobre a importância dos inspetores no desenvolvimento profissional dos professores.

Tabela 3. *Contributo dos inspetores no desempenho docente.*

VARIÁVEIS	Concordo totalmente		Concordo		Discordo		Discordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%
cumprir as disposições legais	10	33	15	50	4	13	1	3
melhorar a organização e funcionamento das aulas	9	30	15	50	4	13	2	7
melhorar as relações com outros professores e inspetores	12	40	11	37	4	13	3	10
manter a disciplina na sala	8	27	15	50	6	20	1	3
assumir melhor as responsabilidades	12	40	13	43	5	17	0	0
refletir sobre a prática docente	8	27	16	53	5	17	1	3
aprofundar os conhecimentos sobre a prática docente	6	20	17	57	4	13	3	10
melhorar as relações com os alunos	6	20	16	53	7	23	1	3
aumentar o interesse pelo trabalho	9	30	17	57	3	10	1	3
motivar para lecionar melhor as aulas	9	30	14	47	5	17	2	7
melhorar as competências pedagógicas	11	37	11	37	6	20	2	7
melhorar as competências científicas	11	37	10	33	8	27	1	3
resolver problemas relacionados com a prática docente	15	50	7	23	5	17	3	10

O consenso entre os professores em relação aos contributos dos inspetores para a melhoria do desempenho docente é bastante elevado. A grande maioria concorda (concordo e concordo totalmente) que os inspetores os têm ajudado a “aumentar o interesse pelo trabalho” (87%), a “cumprir as disposições legais” e “assumir melhor as responsabilidades” (83%) e a “melhorar a organização e funcionamento das aulas” e “refletir sobre a prática” (80%).

Estes contributos vêm reforçar os dados obtidos sobre o perfil do inspetor na medida em que relevam as funções mais burocráticas relacionadas com o controlo e as funções de apoio e melhoria da prática letiva, mas também as características pessoais do inspetor ao contribuir para aumentar nos professores o interesse pelo trabalho.

A maior discordância (discordo e discordo totalmente) assinalada por mais de um terço dos professores recai sobre “melhorar as competências científicas” (30%); “melhorar as competências pedagógicas”, “resolver problemas relacionados com a prática docente” e “melhorar as relações com os alunos” (27%).

Parece haver necessidade de investir na formação dos inspetores nos domínios científico, pedagógico e relacional, no sentido de promover a capacitação destes, para que, de forma eficaz, possam ajudar os professores a melhorar as suas práticas letivas nestas dimensões fundamentais da sua *praxis*.

Tabela 4. *Efeitos da Inspeção no desempenho dos professores.*

Categoria	Exemplos de resposta	UR	
		N	%
<b>Melhoria das práticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitem que os professores desempenhem as suas tarefas de forma adequada (...). Ajudam os professores em determinadas situações de dúvida com esclarecimento seguros e claros para que o processo de ensino aprendizagem seja eficaz. (S5)</li> <li>- analisa os recursos materiais e pedagógicos a serem usados na sala de aulas. Também incentiva o melhoramento do trabalho docente, sugere condições adequadas para se efectuar actividades (S6)</li> <li>- permitem que os professores desempenhem as suas tarefas (aulas) de forma adequada, (...) ajudam a melhorar a forma de dar aulas, funcionando como assessor pedagógico do professor (S7)</li> <li>- agente regulador para o aperfeiçoamento do trabalho docente, em busca da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem (S9)</li> <li>- é da responsabilidade dos inspetores orientá-los e capacitá-los profissionalmente (S10)</li> <li>- apoia o professor nas suas actividades; aconselha o professor para a boa conduta labora (S19)</li> <li>- promove o desenvolvimento e qualidade de ensino, uma vez que orienta o trabalho dos professores (S24)</li> <li>- irmão mais velho do professor, ajudando-o a cumprir os objetivos traçados (S27)</li> <li>- orienta a prática docente, tendo em conta as falhas (...) está aí para inspecionar e orientar o trabalho (...); incentiva os professores no cumprimento do seu trabalho e seu comportamento em sala de aulas</li> </ul>	18	86
<b>Humilhação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- há inspetores que atrofiam e até mesmo humilham os professores ao analisar as suas aulas. Em vez de incentivar os aspetos positivos com elogios e ajudar a melhorar os negativos, simplesmente dizem que o professor não sabe dar aulas (S11)</li> </ul>	1	5
<b>Reflexão sobre a prática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- permitem ao professor refletir sobre a sua acção pedagógica e a autoavaliação. (S2)</li> </ul>	1	5
<b>Atualização de conhecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajuda o professor a atualizar-se constantemente com conteúdos científicos, métodos e técnicas evitando assim a rotina (S5)</li> </ul>	1	5
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>100</b>

De acordo com os professores inquiridos, a acção dos inspetores conduz quase sempre a uma melhoria da sua prática letiva, como se pode constatar na Tabela 4, sendo todas estas asserções coerentes (exceto a do Sujeito 11) com a função do inspetor como agente que apoia e orienta, assinalada pela maioria dos professores participantes neste estudo.

### **Conclusões**

Os dados empíricos permitiram deduzir que a mudança está a acontecer, os professores começam a entender a função e a importância do inspetor, para a promoção das qualidades profissionais dos docentes, ainda que alguns inquiridos tenham manifestado desacordo relativamente ao contributo dos inspetores no desempenho docente, particularmente ligado à melhoria das competências científicas, pedagógicas e de relacionamento pedagógico.

Sobre o perfil dos inspetores, traçado a partir da experiência dos professores com inspetores, destacam-se: a clareza de ideias; a capacidade de escuta, a abertura, a compreensão, a exigência, a reflexividade a disponibilidade e as seguintes competências: didática geral, supervisão pedagógica, metodologia inspetiva, técnicas de observação, ética e deontologia profissional, análise de planos de aulas e análise de conteúdos disciplinares. Parece existir uma aproximação das respostas dadas pelos inquiridos aos pressupostos que constam do quadro teórico sobre o perfil do supervisor.

Importa não esquecer que o serviço de Inspeção da educação é o elo entre as escolas e os órgãos centrais devendo assegurar o cumprimento dos objetivos que regulam o sistema educativo. Esta é uma missão que exige dos inspetores, consciência crítica para desenvolver o seu papel político e pedagógico de mediação, regulação e promoção da qualidade do serviço educativo.

### **Referências bibliográficas**

- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação*. Porto: Edições Asa.
- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bogdan, R. & Bicklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.



- Cabral, A. P. (2010). *Inspeção em educação, controlo e/ou supervisão*. Dissertação de mestrado. Ponta Delgada: Departamento de Ciências da Educação, Universidade dos Açores. [Disponível em <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1099/1/DissertaMestradoAnaPaulaLGMcabral2011.pdf>, consultado em 14/03/2015].
- Ferreira, A. B. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Lucas, C. (2008). A intervenção da Inspeção na educação. *Revista portuguesa de pedagogia*, 42 (1), 5-26. [Disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fiduc.uc.pt%2Findex.php%2Ffrppedagogia%2Farticle%2Fdownload%2F1225%2F673&ei=MtbWU4CrOoHW0QX224HoBg&usq=AFQjCNHxqAJMxVrzVL2gaX\\_\\_XXIUJUKQ7Q&sig2=\\_zB2wv3grxYRso5lKAQP\\_Q](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fiduc.uc.pt%2Findex.php%2Ffrppedagogia%2Farticle%2Fdownload%2F1225%2F673&ei=MtbWU4CrOoHW0QX224HoBg&usq=AFQjCNHxqAJMxVrzVL2gaX__XXIUJUKQ7Q&sig2=_zB2wv3grxYRso5lKAQP_Q), consultado em 24/04/2014].
- Lucas, C. & Azevedo, J. J. (2010). *A Inspeção da educação em Portugal*. [Disponível em <http://www.adie.org/revista/index.php?option=comcontent&task=view&id=311&Itemid=69>, consultado em 20/01/2015].
- Menezes, M. A. (2010). *Reflexões sobre educação*. Luanda: Editora Mayamba.
- Martins, J. B. (1960, Janeiro). O professor e a inspeção. *Escola Portuguesa*. [Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4039/1/A%20Inspec%C3%A7%C3%A3o%20escolar.pdf>, consultado em 20/01/2015].
- Moreira, F. (2006). *A Inspeção e a educação pré-escolar: Representações de educadores de infância*. Dissertação de Mestrado, Ciências da Educação, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. [Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/406>, consultado em 14/03/2015].
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santana, K. E. et al (s.d.). *Inspeção escolar no processo motivacional: suas implicações e importância na educação*. [Disponível em

<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo40.pdf>,  
consultado em 14/03/2015].

Simão, M. S., Dalben, A., Arcas, P. H. & Gonda, L. J. (2012). *Fundamentos teóricos da revitalização de Inspeção da educação e diagnóstico institucional para a melhoria da qualidade educativa: materiais de apoio à formação em competências de inspetores da educação em Angola*. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación IPE-Unesco.

Tomás, J. (1929, Julho). Cursos para inspetores escolares. *Revista Escolar*, 7, 420-421

Thurler, M. G., & Perrenoud, P. (1994). *A escola e a mudança. Contribuições Sociológicas* Lisboa: Escolar Editora.

### **Referências Legislativas**

Decreto-Lei n.º13/2001, de 31 de Dezembro. (Lei de Base do Sistema Educativo).

Decreto-Lei n.º 221/14 de 28 de Agosto. (Estatuto Orgânico do Ministério da Educação).

Resolução 27/94 de 26 de Agosto, p. 138 (Pauta Deontológica do Serviço Público do Ministério da Administração Pública e Segurança Social).

### **Websites**

Inspeção Geral da Educação de Portugal  
[www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)

---

† Informação obtida numa entrevista exploratória com um inspetor do Departamento Provincial de Inspeção da Huíla.